

HISTÓRIA ORAL E ESCRIVIVÊNCIA: UMA ENCRUZILHADA DECOLONIAL CONTRA O EPISTEMICÍDIO¹

Simone Lima Azevedo²

Resumo

Este artigo analisa as aproximações e conexões conceituais, epistemológicas e decoloniais entre a história oral e a escriturabilidade, a partir da ideia afroperspectivada de encruzilhada, como métodos de produção de conhecimento que, no âmbito científico e acadêmico, são necessários para o combate ao epistemicídio resultante do racismo, uma vez que sustentam o protagonismo de vozes relegadas ao silenciamento.

Palavras-chave

Escriturabilidade; Decolonialidade; Epistemicídio.

Introdução

Entendida e caracterizada em afroperspectiva, a encruzilhada é o território geográfico, simbólico e filosófico onde encruza ruas, estradas, caminhos e também vidas, histórias e narrativas. As encruzilhadas são campos de possibilidades que se atravessam, dialogam e se encontram. São espaços de potência de transgressão, na medida em que contestam a linearidade dos caminhos únicos e ressaltam as fronteiras como zonas plurais onde múltiplos saberes se articulam, coexistem e pluralizam as experiências e os saberes de sujeitos diversos (RUFINO, 2018). Portanto, é na encruzilhada onde nasce a confluência de saberes construídos pelo movimento, pelo encontro e pela troca.

Em sintonia com essa cosmovisão afroperspectivada, o conceito de escriturabilidade criado pela linguista e escritora Conceição Evaristo impulsiona a necessária virada epistêmica que a produção de conhecimento a partir da perspectiva de mulheres negras cria no interior da produção científica hegemônica, marcadamente masculina, branca, heteronormativizada, eurocentrada e, sobretudo, mascarada pelo fetiche cartesiano da

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “A multiplicidade da história oral: Memória, subjetividade e diálogo”, durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo.

² Universidade de São Paulo. Doutoranda em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades na Universidade de São Paulo. E-mail: simone.azevedo@usp.br.

objetividade, neutralidade e universalidade. Com a escrevivência, a hermenêutica, paradigma filosófico da modernidade que privilegia a interpretação do mundo em busca dos seus múltiplos sentidos, ganha novas possibilidades decoloniais e interseccionais³ – e, por assim dizer, novas encruzilhadas do conhecimento – para a compreensão da diversidade e pluralidade do indivíduo em sua totalidade.

Traduzindo essa potente revolução epistêmica que se contrapõe à lógica cartesiana positivista do eurocentrismo na ciência e no conhecimento produzido nas universidades, a fala poética de Audre Lorde (2020) nos lembra que “os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mãe negra dentro de cada uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”” (p. 48). Potência de resistência e transformação social, política, cultural e epistêmica, a escrevivência cria novas formas de pensar, existir, sentir, conhecer e ser livre que não aquelas determinadas pelo eurocentrismo escravagista e colonial.

Além de ferramenta epistemológica feminina e afrodiaspórica que descoloniza a ordem eurocêntrica do conhecimento acadêmico, o qual permanece reproduzindo relações sociais, políticas, epistêmicas e culturais desiguais no interior de um paradigma de violência colonial, a escrevivência contém a força de uma ética engajada à liberdade, através da mudança social e participação política de sujeitos não hegemônicos, ao recuperar o protagonismo de narrativas construídas por diferentes densidades de resistência neste espaço que não é neutro e tampouco é universalista, posto que a universidade também é um espaço institucional de reprodução da opressão estrutural de raça, classe e gênero nesta sociedade e onde todo o conhecimento produzido internamente e legitimado externamente é construído como movimento e instrumento de poder.

Nascida no universo literário como forma de desconstruir a maneira estereotipada com que personagens negros presentes na literatura hegemônica são representados e evidenciar a segregação racial e de gênero no território urbano, periférico e agrário no Brasil, a partir de referências identitárias, culturais, históricas e afetivas femininas e afrodiaspóricas, a escrevivência se expande como método decolonial de investigação

³ Embora o conceito de interseccionalidade tenha sido amplamente acolhido pelo discurso acadêmico, sendo muitas vezes distorcido para caber em adaptações teóricas alienantes, seu real sentido somente pode ser alcançado quando posicionado como uma criação do feminismo negro. São as feministas negras que ampliam a compreensão da inseparabilidade das opressões estruturais da política colonial, sem hierarquias ou comparações entre as violências de raça, classe e gênero. É fundamental, portanto, posicionar que é um legado do feminismo negro a compreensão sobre a subjetividade feminina negra como produto da interação entre essas múltiplas formas de opressão e não como simples somatória delas.

científica e de produção de conhecimento acadêmico em suas múltiplas possibilidades, realizando uma conexão inovadora da escrita artística com a produção científica e legitimando a dimensão subjetiva como parte inseparável do discurso acadêmico.

Contraopondo-se à colonialidade eurocentrada, a decolonialidade, à qual a escrevivência se conecta, constitui-se como um movimento político, teórico e epistemológico de resistência e insubmissão iniciado na década de 1990 por intelectuais negros de diversas áreas do conhecimento, sob múltiplas formas de abordagem, que discute a necessidade de rever as epistemologias dominantes de compreensão discriminatória da realidade e, assim, transformar o olhar sobre a produção científica e questionar o conhecimento produzido a partir delas (SANTOS, 2018).

Nesta perspectiva, tendo a resistência e a insubmissão como parte fundamental de sua essência, a escrevivência tem o potencial de fazer emergir memórias relegadas ao silenciamento, subalternizadas pela dominância cultural e política de sujeitos hegemônicos contra sujeitos marginalizados, o que Michel Pollak (1989), nos estudos no campo da história oral, chama de “memórias subterrâneas”.

Nas palavras da própria Evaristo, criadora do conceito (2008),

Na história da diáspora, podem-se ler reminiscências da história “ideológica” das culturas africanas: na cosmogonia negra, na procura deliberada de um passado ancestral, na valorização e no esforço de construção de heróis negros, na relação intra-diáspora (a memória de vários irmãos juntos pode reconstruir melhor a imagem da mãe), nas nomeações de origem africana para os filhos - ato de reapropriação do nome próprio que os africanos e as africanas perderam ao ganhar um nome cristão dado pelo colonizador (EVARISTO, 2008, p. 08).

Assim, uma vez que não há como descolonizar a produção de conhecimento na universidade e combater o epistemicídio resultante da “colonialidade do poder”, como define Quijano (2017), com as mesmas ferramentas que o legitimou, a escrevivência e o que ela representa e possibilita como modo de subjetivação negra e feminina na produção de conhecimento é peça-chave no processo de descolonização dos saberes.

Encruzilhando escrevivência e história oral

Criando uma nova linguagem que sustenta o protagonismo da fala aos sujeitos políticos não hegemônicos, a escrevivência é o ponto de encontro em uma encruzilhada metodológica e epistemológica almejada por toda uma coletividade de sujeitos sociais e políticos em busca de produzir conhecimento por “sua própria voz e seu próprio desejo”, como defende a Grada Kilomba (2019), em “*Memórias da Plantação*”.

Apresentando articulações teóricas e metodológicas que partem da premissa de que as histórias construídas pelas narrativas no âmbito da história oral são simultaneamente individuais e coletivas, Bossi (2003) ressalta a necessidade de observar os laços que unem memória e ideologia (e contra-ideologia), bem como o papel das instituições, como a escola e a universidade, de solidificar uma certa memória social fragmentada pelas classes dominantes, estereotipada pelos seus interesses e que serve ao poder que a divulga. Isso afeta, inclusive, os elementos das trajetórias e vivências que serão lembrados ou esquecidos pelas fontes orais em seus relatos.

Nesta perspectiva, a potência da história oral está em poder compreender tradições culturais, trajetórias de vida, diferentes formas de articulação entre sujeitos políticos, ações e estratégias individuais e coletivas sobre determinadas situações, bem como formas diversas de socialização que não são possíveis de serem compreendidas através de outro documento (BOSI, 2003). Mas, principalmente, a história oral é uma grande aliada na compreensão das vivências e experiências subjetivas e das memórias de sujeitos não hegemônicos aos quais foi negada a legitimidade de um espaço público para a articulação e legitimação de suas vozes.

Pensada originalmente como ferramenta da história oral para acessar as entranhas da subjetividade e realizar uma prospecção sensível do passado, acima de tudo, memória é discurso e poder. Audre Lorde (2020) observa que, para se perpetuar, toda forma de opressão precisa corromper as fontes de poder na cultura do oprimido. E Foucault (2021) já demonstrara que a dinâmica instituída pelo poder enquanto dispositivo de controle e dominação é definida pelo movimento do eu em contraposição ao imobilismo do outro.

O corpo branco que se vê dotado de superioridade inscreveu no outro o signo da inferioridade, assim como o corpo branco se vê dotado da autoridade de fala porque silenciou o outro (CARNEIRO, 2005). Como prática social que emana de todos os pontos de poder, o discurso para Foucault (2021) encerrara em si mesmo o sentido das relações de poder que o engendram, pois discursos abstratos podem gerar violências concretas.

Portanto, pela perspectiva foucaultiana, entendemos que enfrentar um sistema de poder que inviabiliza e invalida saberes produzidos por grupos subalternizados e interdita e silencia esses corpos requer se apropriar da linguagem, do discurso e da memória, posto que são estruturas de poder, e protagoniza-los. Para reconfigurar a noção de produção de conhecimento na universidade a partir da perspectiva de sujeitos que tiveram seus corpos, suas vozes e suas subjetividades subalternizadas, é necessário que as estruturas de poder também sejam reconfiguradas.

Além da conexão com a memória, a aproximação que realizamos entre a escrevivência e a história oral se alicerça em outras complementariedades. Uma delas é o diálogo que ambas as perspectivas constroem entre passado, presente e futuro, necessário para discutir o racismo, uma vez que as suas manifestações atravessam os séculos e se adaptam às condições de cada tempo histórico para continuar a reproduzi-lo.

Ao criar uma relação do presente com o passado e o futuro, a memória invade o curso atual da vida, pois os tempos se articulam. “Do vínculo com o passado se extrai a força para formação da identidade” (BOSI, 2003, p. 16).

Sobre este aspecto, Verena Alberti (2004) chama a atenção para o potencial da história oral de investigar a memória onde, além de significado, ela é ação e movimento. Ao nosso ver, a construção e a sustentação da própria identidade, a partir de um posicionamento crítico e decolonial, por sujeitos cujo passado colonial enraíza uma política de objetificação de seus corpos e suas subjetividades passa necessariamente pela extração da força de que fala Bosi (2003), a qual recorda a definição filosófica de Santo Agostinho, para quem a memória é o “ventre da alma”.

Concordamos com a compreensão de Santo Agostinho, pois, tendo como bússola filosófica a cosmogonia africana que deu origem à ideia de escrevivência, para nós, a memória é o espelho do espírito. Não o espelho narcísico como destaca Evaristo (2020), mas o espelho coletivo da ancestralidade que é refletida na individualidade.

Sobre as bases teóricas e metodológicas que sustentam a viabilidade dessa aproximação, Verena Alberti (2004) já analisara a estreita relação entre a história oral e a categoria da vivência. A autora pontua que a vivência, considerada a menor unidade das ciências humanas e epistemologicamente atrelada à vida, é o que torna as produções humanas acessíveis à compreensão. Este ponto de contato, segundo a teórica, é o que torna o método fascinante por criar a possibilidade de que as experiências do outro sejam revivenciadas por quem as compreende e as interpreta, abrindo espaço para novas possibilidades de produzir conhecimento a partir do que os relatos orais documentam.

Na análise de Salgueiro (2020), a escrevivência tem a oralidade como ponto de partida para a entonação da voz do cotidiano negro através da escuta das vozes femininas e tem a atemporalidade, a síntese poética e a memória como aspectos fundamentais. “O duo memória-família: o trauma e a memória, escritas do corpo negro pela arte da palavra, inscritas no poder de narrar do sujeito negro” (p. 108).

Por ter o testemunho oral como núcleo da investigação, a história oral nos obriga a observar as relações entre memória, oralidade e escrita. Para Portelli (2010; 2016), a

história oral, compreendida como uma “forma de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas” (2010, p. 27), busca nas fontes orais a riqueza da oralidade para se comunicar com sujeitos não hegemônicos, conectando oralidade e democracia. Não significa, contudo, que a história oral e o historiador oral dão voz aos sujeitos, pois eles já a têm. São eles que nos dão a sua voz no encontro da entrevista. Significa, todavia, como ressalta o autor, recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso. No caso desta pesquisa, o espaço público do discurso acadêmico e científico.

Portelli (2010; 2016) destaca que quando escrevemos em texto a história oral falada, as palavras que estão escritas não se originam como texto, mas como performance entre palavras fixas e palavras vivas. Por isso, o discurso na história oral, assim como na escrevivência, é um discurso de múltiplos autores, múltiplas vozes, de coletividade, de encruzilhada e de compartilhamento. Oralidade e escrita, portanto, não são lados opostos. Pelo contrário, são práticas intercambiáveis e territórios de encruzilhada.

A relação entre linha, barreira e escritura se coloca seja durante a entrevista, seja na preparação de seus resultados. Na situação de diálogo oral, as barreiras são tangíveis – mas mais fluidas e móveis, renegociadas e modificadas continuamente em função da interação entre os interlocutores. Contudo, quando este “contar a história” oral e dialógico é transferido para a textualidade monológica e estável da escrita histórica e literária, essa fluida barreira oral se converte em uma separação exata (PORTELLI, 2010, p. 35).

O autor destaca que a oralidade não é apenas o veículo da informação ou a forma como ela é transmitida, mas é também um componente essencial de seu significado, uma vez que o sentido de algo não pode ser separado da linguagem na qual é narrado. Portanto, a oralidade que constitui tanto a escrevivência quanto a história oral é um componente vital da essência e da complexidade de ambos os métodos e não apenas um formato que possa ser prescindido ou alterado. Tonalidades, ênfases, diálogos, memórias bem como as relações entre coletividade e subjetividade, individualidade e ancestralidade, esferas pública e privada, fala e texto escrito constituem as naturezas de ambos os métodos que, como vimos, estabelecem diversas formas de aproximação e atravessamentos.

Ao elaborar reflexões sobre a tessitura da linguagem, Borges (2020) observa que a escrevivência, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória, performar sentidos e construir horizontes discursivos, “nos coloca frente a

escrituras múltiplas sem hierarquizar nenhum código e nos possibilita um mosaico de materialidades significantes com os quais se pode tecer a vida e o mundo” (p. 191).

Evaristo (2008, p. 05) destaca que “navegar nas águas da memória é enfrentar as correntezas do mistério, do não provável, do impreciso”. A autora observa que a resistência da tradição cultural negra e a sua reelaboração e reterritorialização no Brasil e em outros países da diáspora africana traz o caráter pessoal e coletivo da memória como possibilitador de construção de uma identidade, tendo a oralidade como ponto de partida.

A memória oral na África cumpre um papel importante nas relações sociais e se apresentou e se apresenta ainda hoje, ao lado de uma história já escrita, como um meio natural de conservação e propagação de uma história africana. Essa prática social, responsável por soldar gerações dentro e fora da África, acompanhará o homem africano na diáspora, onde o gesto de contador de histórias será repetido no novo território (EVARISTO, 2008, p. 07).

Portanto, considerar a memória e a oralidade como fontes incapazes ou insuficientes para o registro da história é, como defende a autora, ignorar o fato de que as sociedades sem escrita são capazes de organizar e estruturar de modo complexo modos de vida, saberes e conhecimentos (EVARISTO, 2008).

Em “Becos da Memória”, um dos mais importantes romances memorialistas da literatura brasileira contemporânea, Evaristo (2017) explica que mistura escrita e vivência ambientando a vida na favela através da sua própria memória de infância. A escritora ficcionalizou vidas de pessoas negras em seu romance recuperando suas próprias lembranças sobre vidas reais de pessoas negras com as quais ela conviveu ou cujas histórias lhe foram contadas por família, vizinhos, amigos e comunidade. Dessa conexão entre ficção e vida real nasce o que a escritora chama de “ficções da memória”, espaços de esquecimento de suas próprias vivências e de memórias esfaceladas pelo tempo, os quais ela preenche com a ficção baseada na vida real. Portanto, ainda que sejam histórias inventadas pela escrita artística, são verdadeiras por surgirem a partir de vivências reais.

Com personagens complexos cujas subjetividades são atravessadas por opressões de raça, classe e gênero, sobrevivendo em realidades permeadas por preconceito, fome, miséria e violência, mas também por companheirismo, união, amor e afeto, Evaristo (2017) descreve vivências absolutamente reais em favelas reais e desconstrói estereótipos criados pelo racismo e pelo sexismo na literatura e no imaginário social coletivo.

A complexidade humana e os sentimentos múltiplos e diversos de pessoas que enfrentam cotidianamente o desamparo, o abandono e o preconceito são expostos pelas escrivências viscerais da autora que fala por si e também pelos seus.

A rejeição da Outra, mulher com hanseníase abandonada pelo filho e estigmatizada pelos moradores da favela, expõe o peso da outridade no preconceito. O amor sem limites de Vó Rita, que “dormia embolada com a Outra”, revela a generosidade dos afetos que se sobrepõem à violência. O mesmo amor desinteressado e genuíno que se sobrepõe às agruras da vida na favela é expresso em Bondade, personagem que transita ali e acolá, sem posses e sem riquezas, mas sempre ajudando a quem precisa. A loucura que domina Cidinha-Cidoca, mulher de espírito e sexualidade livres, devassa a chaga da fome, da miséria, dos sonhos desfeitos e da desilusão. A mesma desilusão sentida por Negro Alírio, personagem de muita consciência social e política que se vê criminalizado e perseguido por reivindicar direitos e lutar por justiça. E, principalmente, a força de Tio Totó, homem sexagenário que coleciona as perdas de seus entes queridos, mas que sobreviveu “são, salvo e sozinho”, sorrindo apesar da dor, cuja capacidade de sorrir e vontade de viver se perdem com a ameaça do desfavelamento e do despejo.

Todas essas múltiplas vivências em “Becos da Memória” se somam às memórias de Maria-Nova, protagonista com sede de vida, sede de justiça e apaixonada por ouvir e narrar as histórias que guarda na memória como “pedras pontiagudas dilacerando seu coração”. Em cada história que narra ou ouve ser narrada, Maria-Nova vivencia um duplo e contraditório movimento de emancipação-cárcere. Emancipa-se como sujeito ciente e consciente de sua ancestralidade e história e encarcera-se na agonia de buscar uma saída para o seu desamparo e dos seus.

Escrevivendo intensamente cada história narrada, Evaristo (2017) reconstrói a complexidade que atravessa existências sofridas e descreve a torneira disputada pelas lavadeiras; o esforço de mulheres negras para garantir o sustento e a vida; a roupa dos patrões secando ao sol; a água escassa; o lixo exposto; os barracões de zinco, papelão e madeira; a morte como saída para o desespero do não viver; sonhos que não cabem em barracos; a sede pela vida; os trabalhadores; os bêbedos; as prostitutas; os malandros; a inocência das crianças vadias; o ódio nascido da miséria que se volta contra o próprio irmão; a grandeza do amor que sobrevive à violência; as tragédias do abandono; e a riqueza na pobreza que compõem as vivências na “senzala-favela”.

Todas essas personagens reúnem memórias emblemáticas para milhões de mulheres brasileiras que vivem em uma sociedade de exclusão, racismo, violência,

miséria, sexismo, morte e solidão. E a escrevivência resgata a pluralidade e a complexidade dos dilemas sociais, sexuais, raciais e existenciais que a mulher negra vivencia como sujeito em toda a sua completude e possibilidades de existência e potência.

Encruzilhada contra o epistemicídio

Instrumento operacional para a consolidação das hierarquias raciais, conforme expõe Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio desqualifica o pensamento do intelectual negro como fonte de autoridade do saber acadêmico e científico e legitima o discurso do branco sobre o negro. Constituiu-se, portanto, num dos instrumentos mais eficazes da dominação racial, pela negação que empreende da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados e da capacidade desses sujeitos subalternizados de produzirem conhecimento. “É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Analisando a perspectiva conceitual e metodológica do “paradigma do Outro” para expor as bases concretas do epistemicídio como instrumento do racismo, Carneiro (2005) explica que a sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar uma concepção subalternizada sobre o Outro. Para isso, esse Outro dominado precisa expressar a dominação em sua condição concreta de vida, pois forma e conteúdo precisam coincidir para que a ideia de dominação e inferioridade possa se naturalizar.

Por isso, a intelectual ressalta que a pobreza a que foram condenados os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados e base concreta para o epistemicídio.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento do Outro subjogado, o epistemicídio é um processo persistente de produção da indigência cultural, pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Para desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados também é preciso desqualificar esses povos tanto no âmbito individual como coletivo como sujeitos cognoscentes, animalizando-os (CARNEIRO, 2005).

Analisando aspectos centrais do epistemicídio, Grada Kilomba (2019) também observa como a colonização do conhecimento se ampara em três mitos, sendo eles a universalidade, a objetividade e a neutralidade, para desqualificar as perspectivas e

formas de saber não brancas como não científicas. Mascarado pela política colonial, o conhecimento que aparenta ser universal, neutro e objetivo é, em sua essência, dominante e oculta uma relação de poder, por isso a importância de criar novas epistemologias para a descolonização do conhecimento e do discurso acadêmico.

Silenciada como sujeito social e político, a “subalterna” não pode falar (Spivak, 2010) porque as estruturas da opressão não permitem que sua voz seja reconhecida nem proporcionam um espaço para sua articulação e protagonismo.

Embora Spivak (2010) fale da realidade das mulheres indianas em uma sociedade de castas rígidas, a partir do exemplo da imolação das viúvas na Índia, a condição de subalternidade silenciada pelo colonialismo e pelo patriarcado que a teórica e ativista indiana expõe também se aplica à realidade sócio-racial da mulher negra brasileira que abordamos neste estudo, uma vez que falamos de silenciamento e opressões estruturais.

Reproduzida no retrato da escravizada Anastácia⁴, a máscara que ela e muitos outros escravizados no Brasil foram forçados a usar foi símbolo e instrumento que efetivou o silenciamento como política da dominação colonial. Retirando o direito à fala, o dominador transforma o sujeito dominado em objeto. E, apesar de a máscara física ter sido destruída com a abolição da escravatura, a máscara simbólica permaneceu reproduzindo a política colonial opressora.

Combater o epistemicídio a partir de novas formas de pensar o conhecimento é o que a Audre Lorde (2020) propõe aos intelectuais negros para o enfrentamento ao domínio da casa-grande com ferramentas que não sejam as do colonizador. É o que a Sueli Carneiro (2005) encontra nos seus estudos sobre biopoder e racismo para pensar estratégias de enfrentamento ao epistemicídio. E é isso o que a escrevivência e a história oral podem fazer através de uma aliança decolonial.

Como destaca Evaristo (2008, p. 09), “o silêncio que o invasor quis impor à África, a interrupção da fala que o colonizador pretendeu instituir na diáspora produziram os seus efeitos, mas a linguagem não é inerte. Sons, palavras dançam na boca da memória”. Portanto, desejamos que elas dançam livremente na encruzilhada decolonial que é a união potente entre a escrevivência e a história oral.

⁴ Símbolo da brutalidade da escravização, o retrato de Anastácia foi feito por um desenhista francês que esteve no Brasil entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818. Além de impor o silenciamento como política colonial e impedir que os escravizados se alimentassem dos produtos colhidos nas lavouras, a máscara também tinha o objetivo de evitar que os escravizados cometessem suicídio comendo terra. Ao se suicidar, o escravizado reivindicava para si o status de sujeito que decide sobre a própria vida. Essa autonomia sobre a própria vida e morte também era retirada do escravizado para transformá-lo em objeto.

Para não finalizar

Além de desmistificar a ideia colonialista de que a produção cultural, intelectual e simbólica africana e afrodiaspórica resume-se à oralidade, as contribuições dos intelectuais que estudam a escrevivência como operador teórico-metodológico nos demonstram que o dinamismo e o patrimônio cultural e epistêmico das vozes negras anulam a dicotomia infundada entre oralidade e escrita. Como pontua Borges (2020, p. 193), “esse reducionismo responde a formas de racionalidade que organizam maneiras de dizer e fazer, encobrendo as disputas pela história e pela memória”.

Por isso, em virtude do debate proposto em torno das complementariedades e atravessamentos possíveis, consideramos que a história oral se complementa à escrevivência nesta pesquisa como método decolonial de produção de conhecimento científico porque a consideramos mais que do que uma técnica de gravação e tratamento de entrevistas e mais do que um roteiro para transcrição da oralidade.

Consideramos a história oral como um espaço de confluência interdisciplinar – uma encruzilhada por assim dizer em afroperspectiva –, o qual nos permite interpretar subjetividades de sujeitos sociais e políticos não hegemônicos e processos históricos-sociais mais amplos em uma perspectiva decolonial. Façamos, desse modo, uma união respeitosa e enriquecedora entre escrevivência e história oral.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BORGES, Solange. **Escrevivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. E. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. E. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

- EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da afro-brasilidade**: História e memória. Revista Releitura. Belo Horizonte, n.23, novembro, 2008, p. 1-17.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021, 11ª ed.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro; Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. **Que tal raza!** In: SEPTIEN, R. C. y BIDASECA, K. A. Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- RUFINO, Luiz Rufino Rodrigues Junior. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Periferia, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.
- SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **Escrevivência**: conceito literário de identidade afro-brasileira. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. E. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- SANTOS, V. M. **Notas desobedientes**: decolonialidade e a contribuição crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, 2018.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode a subalterna falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.